

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**Francisco José Coelho Teixeira**

Ministro da Integração Nacional

Robson Afonso Botelho

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

Maria da Glória Almeida Teixeira

Especialista Médio I

Juliana Brito dos Santos

Analista Técnico-Administrativo

CMT ENGENHARIA**Auriman Cavalcante Rodrigues**

Coordenador-Geral

Carlos Danger Ferreira e Silva

Coordenador Setorial

Mariana Veríssimo Pacheco

Coordenadora Setorial

Denise Bonomo

Inspetora Ambiental

Juliana Márcia Andrade

Inspetora Ambiental

Equipe Técnica**Adriana Martins**

Analista Ambiental

Ana Paula Alencar

Analista Ambiental

Fabiana Lisboa

Analista Ambiental

Leonardo Medeiros

Analista Ambiental

Marcello Aponte

Analista Ambiental

Marismar Bispo

Analista Ambiental



Dados da Publicação:

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Realização:

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislane Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

Coordenação:

Juliana Márcia Andrade

Pesquisa e Textos:

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

Ilustração e Projeto Gráfico:

Francisco Puygcerver

Pablo Murilo Araújo

Revisão:

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	6
2.	JUSTIFICATIVA	7
3.	ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA	8
3.1.	Comunidades Quilombolas no Brasil.....	8
3.2.	Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
4.	METODOLOGIA.....	12
4.1.	Fase de Instrumentação	13
4.1.1.	Público-Alvo.....	15
4.1.2.	Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2.	Fase de Interpretação das Informações	16
5.	Aspectos éticos e legais	18
6.	Comunidade quilombola de araçá	20
6.1.	Resultados da Memória Coletiva	20
6.1.1.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico..	20
6.1.2.	Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico	22
6.2.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social	25
6.2.1.	Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social	26
6.3.	Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva	26
6.4.	Pesquisa Socioeconômica	27
6.4.1.	Aspectos Socioeconômicos da Comunidade.....	27
6.4.2.	Infraestrutura Social e Econômica	37
6.4.3.	Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo.....	40
6.4.4.	Serviços de Apoio à Produção.....	40
6.4.5.	Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica	40
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
8.	REFERÊNCIAS	43
9.	ANEXOS	45



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como a promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.

Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do



interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale ressaltar que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).



No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência destas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.



De acordo com Araripe & Nascimento (2008), essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais, cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



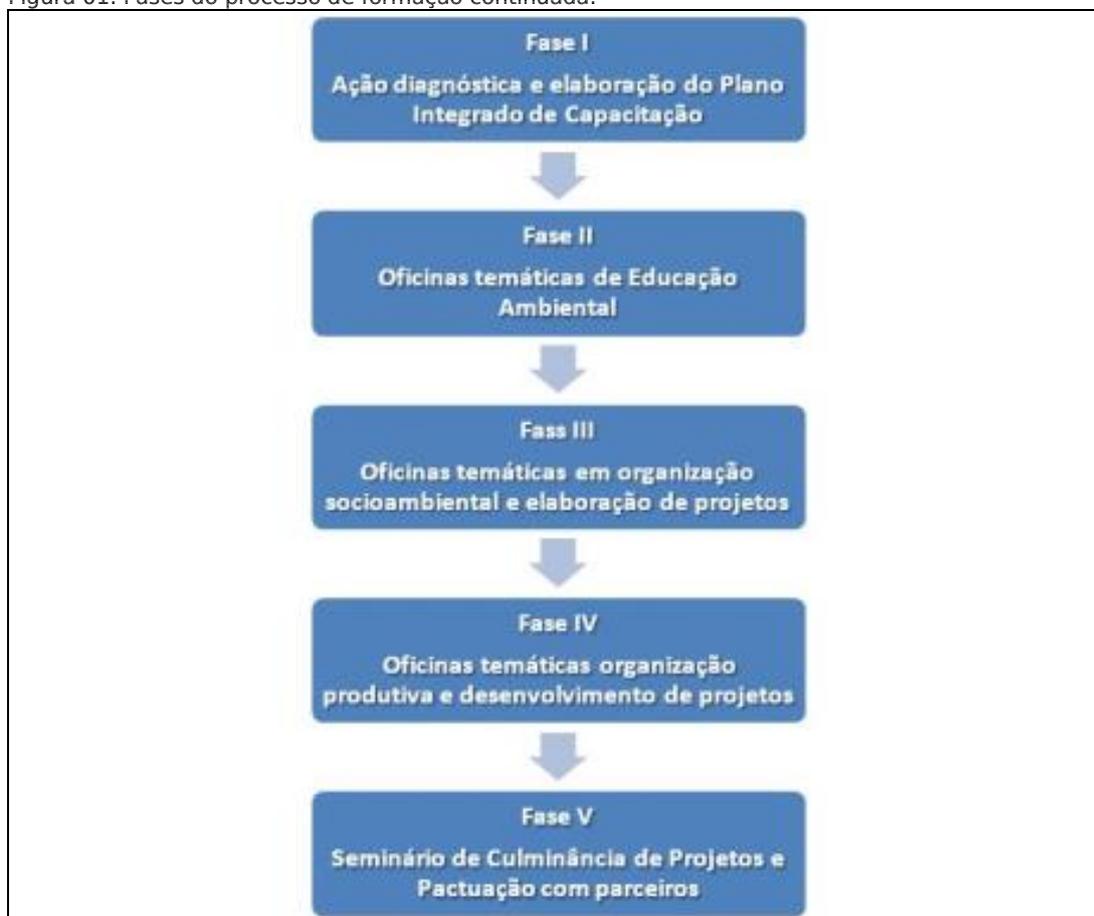
4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Esse trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Essa fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovida a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais; e 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que



realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade desta metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social, que tem como principal produto os mapas sociais, visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nessas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Nesse momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância, foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.



4.1.1. Público-Alvo

Comunidade quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, no município de Cabrobó.

4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, possui questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, esse instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.



4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação destas informações pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade visando à confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial destas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.



Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, estas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Esta disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Araçá, localizada no município de Mirandiba, estado de Pernambuco.



6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ARAÇÁ

6.1. Resultados da Memória Coletiva

6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Araçá propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia, presente na fase inicial do processo de diagnóstico, está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas que fornecem subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir,



representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade de Araçá:

Quadro 01: Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade quilombola Araçá.

Nossa Água e Usos		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Poço, água para os animais; cisterna, água para consumo humano; açude, água para banho, lavar roupas, irrigar hortaliças; cacimba, água para cozinha; carro pipa.</i>	<i>Carro pipa; algumas casas já possuem cisterna para captar água da chuva; água do poço, salgada, para os animais; açude e cacimba são muito úteis na época do inverno.</i>	<i>Quando o contrato com o Exército para o abastecimento de água na época de estiagem acaba; algumas casas não têm cisternas; a estrada é ruim para a passagem do carro pipa; não possuir água para irrigação, para isso carregamos água com os animais, em carroças, carros de boi e jumentos; lavar roupas com água salgada estraga o tecido; dificuldade na manutenção do poço, porque não temos bomba e não está sendo feita a limpeza.</i>
No item “ facilita ” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria, tais como a existência de uma barragem e abastecimento de água para facilitar o plantio.		
Nosso Lixo		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Muito lixo espalhado; soterramento; lixo jogado dentro dos barreiros; lixo a céu aberto; falta de consciência; folhas secas e esterco de animais.</i>	<i>Queima do lixo; carroça de mão; enterrar o lixo.</i>	<i>Não haver coleta de lixo; lixão; não ter carro de lixo; queima; animais morrendo empanzinados por comerem lixo plástico.</i>
No item “ facilita ” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria como a coleta de lixo; mutirões da comunidade para limpeza; reciclagem; fazer adubo orgânico para as hortas.		
Nossa Saúde		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Agente de saúde; benzedeiras; parteiras; alimentação orgânica; plantas medicinais (alecrim – para banho, arruda – para dor de ouvido, dipirona – para todos os tipos de dores, etc.); PSF em Mirandiba; diversos tipos de doenças.</i>	<i>Agente de saúde que vai de porta em porta uma vez por mês; benzedeiras, para que a comunidade não precise tanto ir à cidade se tratar, essa é uma tradição de rezas que passa de geração para geração; soro caseiro; chá; lambedor.</i>	<i>A falta de oportunidade para trabalhar num hospital; falta médico, dentista, fisioterapeuta, ambulância, medicamento, palestras, transporte, orelhão, pediatra; nem todos sabem usar as plantas medicinais; não ter um PSF na comunidade; não ter incentivo para cursos na área de saúde; às vezes o agente de saúde não vai a todas as casas.</i>
Nosso Meio Ambiente		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Caatinga; animais silvestres; água; plantas frutíferas; hortaliças; animais domésticos; solo pedregoso e seco; queimadas e desmatamento; ar; milho, feijão, batata, mamona, fava e algodão.</i>	<i>Broca; plantio; renda familiar; alimentação; a venda dos produtos produzidos, especialmente milho, batata, feijão, bode, porco, peru, galinha, boi e leite.</i>	<i>Poluição (queimadas e lixo); perda de animais de criação através dos animais silvestres; doenças dos animais; dificuldade de acesso a veterinário; de agosto a novembro, a terra fica muito seca devido à estiagem; caça dos animais silvestres, tatu, peba e veado).</i>
Nossa Educação e Cultura		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Professores e carros para o transporte daqueles que estudam na sede de Mirandiba; Dança de São Gonçalo; artesanato;</i>	<i>Feira Agroecológica; professores; organização; pesquisas para as crianças; o pedreiro para construção; óleo do catolé; do bagaço do catolé fazemos a</i>	<i>Não ter escola na comunidade; a estrada é muito ruim; distância da comunidade para a escola, na sede de Mirandiba; não há capacitação para professores; não ter uma sede; não ter espaço para ensaio de dança;</i>



Nossa Água e Usos		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>vaquejada; professora de dança; Arca das Letras; futebol; serraria; pedreiros; moinho de catolé; Terço dos homens; Terço das mulheres; catecismo para crianças.</i>	<i>cocada e o doce (Zélia e família); e capacitações.</i>	<i>ter poucos livros para a Arca das Letras e um espaço adequado para leitura e pesquisa; não ter bola nem um campo de futebol; não ter ônibus para transportar alunos com segurança.</i>

Nossa Comunicação		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Diálogo; telefone celular; televisão, rádio, bilhete, recados por vizinhos; avisos na igreja, pela escola e na associação.</i>	<i>Tem uma torre; antenas parabólicas; energia elétrica; Conselho Municipal; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Associação Quilombola Araçá; e Capacitações.</i>	<i>Não ter correio; não ter acesso a jornais, revistas e internet; não ter telefone público; não ter transporte para ir até outras comunidades quilombolas; má condição das estradas; quando as passagens estão molhadas por causa dos riachos.</i>

No item “**facilita**” o grupo fez reflexões do que, embora ainda não seja uma prática consolidada na comunidade, percebem que facilitaria nas resoluções ligadas ao eixo: organização comunitária para participar e acessar políticas públicas.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação Quilombola de Araçá; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; IPA; PA, Associação CONVIVER no Sertão; Prefeitura; Vínculo Solidário; Banco do Nordeste; Conselho do Desenvolvimento Municipal.</i>	<i>PAA, Associação CONVIVER no Sertão – recebe os nossos produtos agrícolas para vender; o Conselho do Desenvolvimento Municipal faz repasse de informações do poder público; a Associação Quilombola representa nossos interesses, trazendo melhorias para a comunidade; a prefeitura auxilia com transporte e merenda escolar; o Vínculo Solidário representa possibilidade de projetos para a comunidade; Banco do NE faz empréstimos para criação e negociação de animais.</i>	<i>Falta de transporte para levar produção agrícola da comunidade para a feira; pouca terra para plantio na comunidade; falta de água de qualidade; falta de compreensão no Conselho de Desenvolvimento Municipal; o valor das contribuições ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a ausência de estrutura física para uma sede e uma escola; melhor assistência do IPA à comunidade; falta de equipamentos; Banco do NE só atua através de grupos na comunidade.</i>

Nossos Arranjos Produtivos		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>As roças são individuais; a produção é vendida na feira agroecológica e no PAA intermediado pela Associação CONVIVER no sertão; produzimos milho, catolé, abóbora, macaxeira, umbu, batata, fava, mamona, feijão, verduras e frutas, ovos, banana, mamão, romã, caju, pinha, graviola, acerola, manga e animais que são criados soltos. Há beneficiamento de alguns deles: fubá, mungunzá, bolo, cocada, doce de gergelim e de leite, anel de catolé, purê, farinha, goma, polpa, geleia e suco.</i>	<i>Conhecimento das coisas que a gente faz; os bois para tombar a terra; limpadeira com burro, jumento e boi.</i>	<i>Não ter cursos para aproveitar melhor o potencial dos produtos; infraestrutura: estradas e espaço para produção; falta terra; carroça quebrada; o arado quando quebra; transporte para levar a produção para a cidade.</i>

6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens ‘Existe’, ‘Facilita’ e ‘Dificulta’ expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Esse tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos



eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

Nossas Águas e Usos

Os moradores de Araçá recorrem a um poço, cisternas e carros pipa para abastecimento das residências. Há também cacimbas e um açude localizado em uma comunidade vizinha, utilizados principalmente no período de chuvas. Os moradores reclamam da salinidade da água encontrada na localidade. Alguns domicílios possuem cisternas com sistema de captação de água da chuva. Ainda recorrem ao transporte de água com animais, como jumentos e bois.

Nosso Lixo

A comunidade sofre muitas consequências pela má gestão dos resíduos sólidos gerados. Existem todos os tipos de resíduos espalhados nos terrenos, um pequeno lixão a céu aberto, animais que morrem pela ingestão de plástico e queima desordenada. Os próprios moradores admitem falta de conscientização de grande parte da população local, e que um transporte específico e uma coleta sistemática por parte do município também amenizaria este problema.

Nossa Saúde

Os moradores relataram que apenas um médico e um agente de saúde visitam a comunidade periodicamente, mas que os moradores também recorrem ao PSF específico para as comunidades quilombolas, localizado na sede do município. Algumas lideranças relatam a prática da agricultura orgânica como fator que promove a saúde local. As benzedeadas e parteiras recebem destaque na comunidade, assim como a utilização de medicamentos caseiros oriundos de plantas da Caatinga.

Nosso Meio Ambiente

Os moradores de Araçá buscam uma relação harmoniosa com seus recursos disponíveis, pois sabem que dependem destes para manutenção de suas atividades produtivas. Relatam que queimadas e desmatamentos são praticados com frequência, mas novas alternativas de manejo do solo e produção já são consideradas pelos agricultores. Esporadicamente, praticam a caça de pequenos animais silvestres como fonte de alimento e, tradicionalmente, o extrativismo sustentável da palmeira catolé.



Nossa Educação e Cultura

Os estudantes de Araçá frequentam escolas na zona urbana do município de Mirandiba, bem como na sede municipal, onde a prefeitura disponibiliza o transporte adequado, mas os moradores alegam que a estrada que dá acesso à comunidade não possui bom estado de conservação. A comunidade também é atendida pelo Projeto Arca das Letras, sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Existem ainda grupos religiosos, professores e grupos de dança na própria comunidade.

Nossa Comunicação

Na localidade existem antenas parabólicas e antena para telefonia celular que, segundo os moradores, facilita a comunicação interna e externa da comunidade. Os moradores também utilizam como principais meios de comunicação bilhetes, avisos e as tradicionais conversas entre os vizinhos. O acesso adequado à comunidade, a instalação de um telefone público e o serviço prestado pelos Correios são solicitações frente à Prefeitura Municipal de Mirandiba.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

Entre os principais movimentos sociais e parcerias presentes, são citados pelos moradores a Associação dos Moradores Quilombolas do Sítio Araçá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandiba, a Associação CONVIVER no Sertão, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), a ActionAID, organização não governamental europeia que promove trabalhos sociais em diversos países, o Banco do Nordeste, a Prefeitura Municipal de Mirandiba e o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Nossos Arranjos Produtivos

Em Araçá, as áreas produtivas são individuais e há significativa diversificação da produção. Os produtos são comercializados em uma feira agroecológica do município de Mirandiba que faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de responsabilidade do MDA e intermediado pela Associação CONVIVER no Sertão. A fruticultura representa a maior parte da produção, com beneficiamento de alguns produtos. Também produzem milho, feijão, macaxeira, mamona e abóbora e praticam o extrativismo sustentável do catolé, produzindo a partir dessa matéria prima farinha, goma, doces e geleias. A coleta do fruto da palmeira catolé e o cultivo de gergelim representam fonte de renda alternativa para algumas famílias.

A seguir, imagens que representam a comunidade:





Foto 01. Residência e terreiro onde ocorrem festejos e reuniões da associação.



Foto 02. Moradia construída a partir da técnica de adobe.

6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.

O mapa social elaborado pelos moradores de Araçá representou o local em que vivem e de onde tiram o sustento. As casas da comunidade foram utilizadas como referência para delimitação do espaço geográfico e, em cada uma delas, foi destacado o nome de cada familiar residente, bem como da função daquela propriedade para a família e para o coletivo. Festejos e manifestações culturais também foram expressos no mapa, como a 'Dança de São Gonçalo' e o São João. Os reservatórios coletivos de água, as cercas que delimitam os terrenos, os espaços sociais e a estrada que atravessa a comunidade receberam destaque especial.

A seguir, o mapa elaborado na comunidade quilombola de Araçá:



Foto 03. Mapa social elaborado pelos moradores de Araçá durante a oficina.

6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

Segundo o mapa elaborado, os valores afetivos e históricos inerentes ao território são considerados pelos moradores como símbolos de resistência e organização social. Os conhecimentos que possuem a respeito do local que ocuparam e suas práticas tradicionais, a partir dos recursos existentes, apresentaram-se nos mapas como elementos essenciais ao desenvolvimento comunitário, pautados obrigatoriamente no conceito de coletividade. Foram, também, destacadas no mapa as estratégias adotadas historicamente para sobreviver às situações de escassez de água e conseqüente fome, o que permitiu a permanência deste povo no território em questão.

6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o conseqüente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a estas fases do mapeamento.



Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, do Projeto Básico Ambiental, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. Quanto à proposta de capacitações do Plano, a comunidade de Araçá apresentou algumas ressalvas, solicitando maior ênfase para o beneficiamento de frutas da Caatinga, agricultura orgânica e avicultura, principais potenciais produtivos da comunidade. O Plano foi aprovado conforme segue:

- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Gestão Administrativa e Fiscal de Associações e Cooperativas;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Socioprodutivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Apicultura;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Oficina de Comercialização e Divulgação de Produtos; e
- Oficina de Empreendedorismo.

6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola de Araçá está localizada a 14 (quatorze) quilômetros da sede do município de Mirandiba, no estado de Pernambuco. O acesso é pela rodovia estadual PE-425, rodovia que liga os municípios de Mirandiba e Carnaubeira da Penha, com entrada à comunidade próxima ao quilômetro 18 (dezoito). Para chegar até Araçá, ainda há estrada não pavimentada, que também dá acesso à comunidade quilombola de Serra do Talhado. A seguir, fotos da comunidade de Araçá:





Foto 05. Carro de boi utilizado pelos moradores em suas atividades diárias.



Foto 06. Crianças da comunidade de Araçá.

Os comunitários relatam que as terras onde a comunidade Araçá está situada já foi território de caboclos, termo usado em referência às populações indígenas, e que os brancos foram se apossando dessas terras, tendo na pecuária sua principal atividade. Relatam, sem precisão cronológica, a história de uma índia encontrada na mata pelos fazendeiros da região, próximo à Lagoa Grande. Levada para Araçá ficou conhecida por Maria, onde casou e teve filhos.

O negro João Balbino Diniz é referência na fundação da comunidade de Araçá. Natural de Massapê, comunidade quilombola localizada no município vizinho de Carnaubeira da Penha, mudou-se para Riacho das Pedras, município de Mirandiba. João Balbino casou-se com Ana Josefa da Conceição, conhecida por Ana Mulata ou Mãe Mulata, da família dos “Mulatos”, negros que continuam habitando a região.

Sinhá Tonha fazia parte da família dos Carvalhos, fazendeiros que possuíam grandes extensões de terra na região, a quem pertencia a Fazenda Santa Clara. Ao longo do tempo a família vendeu parcelas desta terra aos trabalhadores da região, muitos vindos da região de Massapê, Brejo do Gama e da própria zona rural do município de Mirandiba. Nesta mesma fazenda começam os processos de territorialização, não só de Araçá, mas também das comunidades quilombolas Serra do Talhado, Juazeiro Grande e Pedra Branca.

“De Juazeiro Grande até a Serra do Talhado é tudo uma família só”, relatou o morador Sr. Aderito Raimundo Diniz. A afirmação faz sentido quando se analisam as rotas migratórias de populações negras rurais do Sertão Central de Pernambuco, sob forte influência da presença indígena. Os comunitários remetem a configuração pluriétnica de sua formação à miscigenação entre negros, vindos de Massapê e Riacho das Pedras, e índios da região onde moram.

A composição populacional das comunidades quilombolas de Mirandiba fazem referência às mesmas localidades. No caso de Araçá, são frequentes as citações que remetem ancestralidades relacionadas às comunidades de Massapê, em Carnaubeira da Penha, e



Riacho das Pedras, Tamboril, Fonseca, Umburana D'água e Ponta da Serra, todas localizadas no município de Mirandiba.

A primeira casa da comunidade foi feita de taipa, com barro vindo de Ponta da Serra, processo árduo em razão da distância e da precariedade dos meios de transporte na época.

A comunidade demonstra domínio na construção de moradias com o barro, sendo que a maioria das casas utiliza esta matéria prima, por meio do adobe e da taipa. Nesta última técnica, algumas casas possuem reboco de cimento. As construções com barro, assim como os saberes a elas relacionados, constituem patrimônio cultural desta comunidade.

A água para sobrevivência também vinha de lugares distantes, como o Riacho das Pedras. Os moradores relatam períodos difíceis no que se refere às relações de trabalho e de sobrevivência na região. Durante os períodos mais severos, o acesso à água foi restrito e alguns trabalhavam para terceiros esperando meses para receber pequenas remunerações.

Portanto, historicamente, a principal luta da comunidade é pelo acesso a água. Nas comunidades quilombolas de Mirandiba, a água representa mais que um recurso natural, interferindo não só nos aspectos econômicos e produtivos, mas também na dinâmica social destas populações. Muitas movimentações dos grupos sociais da região acontecem em busca de melhores condições de acesso à água e consequente melhoria da qualidade de vida. Suas atividades diárias podem ser moduladas pela frequência com que buscam o abastecimento, sendo a pé, com latas d'água na cabeça, ou com a ajuda de animais.

Assim, quando questionados sobre os eventos relevantes em sua história, os moradores de Araçá narram desde os eventos de povoamento da região, como também, o histórico de seu acesso a este bem.

Relatam que no ano de 1980 trabalharam na construção de um açude da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), localizado na comunidade Cajueiro, distante a aproximadamente 12 (doze) quilômetros de Araçá. Mesmo com dificuldades devido à distância, a comunidade pôde se beneficiar desta opção de abastecimento. Muitas casas foram beneficiadas pelo Programa Um Milhão de Cisternas, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, executado pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) em 2007. Enaltecem as cisternas com calhas como alternativa eficaz para a captação de água da chuva.

O nome da comunidade faz referência a uma árvore que, abundante na região, foi utilizada como referência na divisa de propriedades. "Em todo canto que se anda aqui se vê um pé de araçá", relata o morador Ednaldo Balbino Diniz, liderança comunitária.

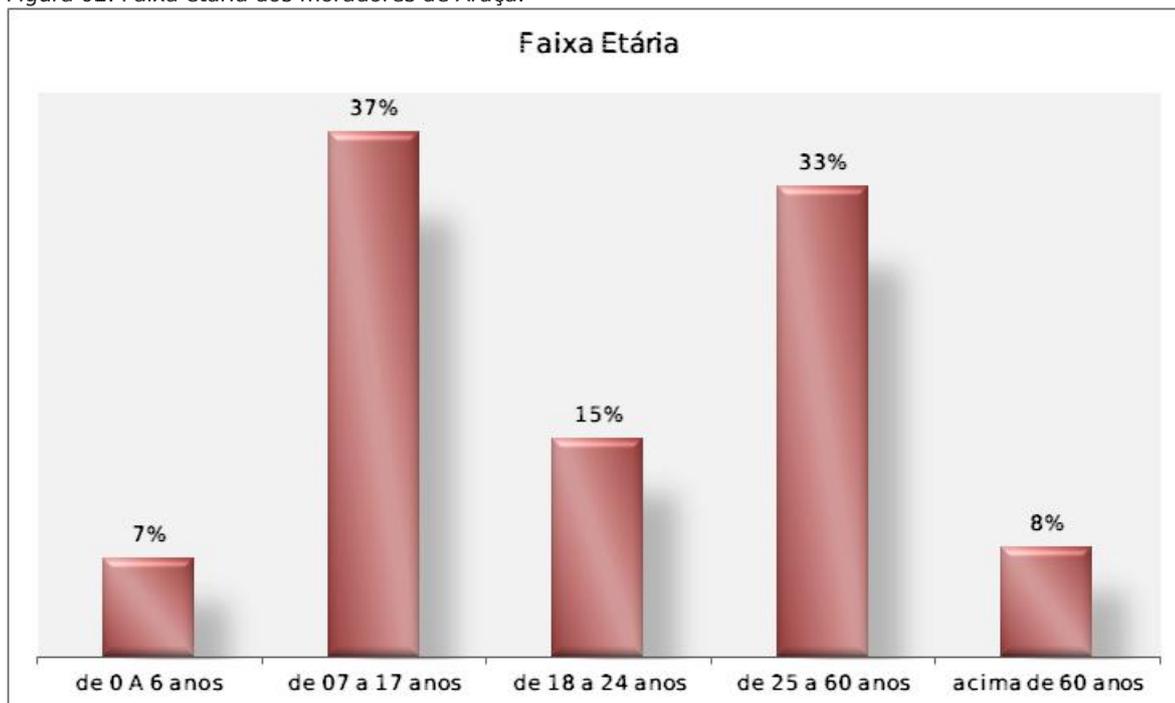


População

A comunidade quilombola que hoje vive em Araçá é composta por 16 (dezesesseis) famílias e 78 (setenta e oito) moradores. As faixas etárias que predominam são as de 7 (sete) a 17 (dezesete) anos, com aproximadamente 40% da população local e de 25 (vinte e cinco) a 60 (sessenta) anos, representando aproximadamente 35%.

A faixa etária da população é demonstrada no gráfico a seguir:

Figura 02. Faixa etária dos moradores de Araçá.

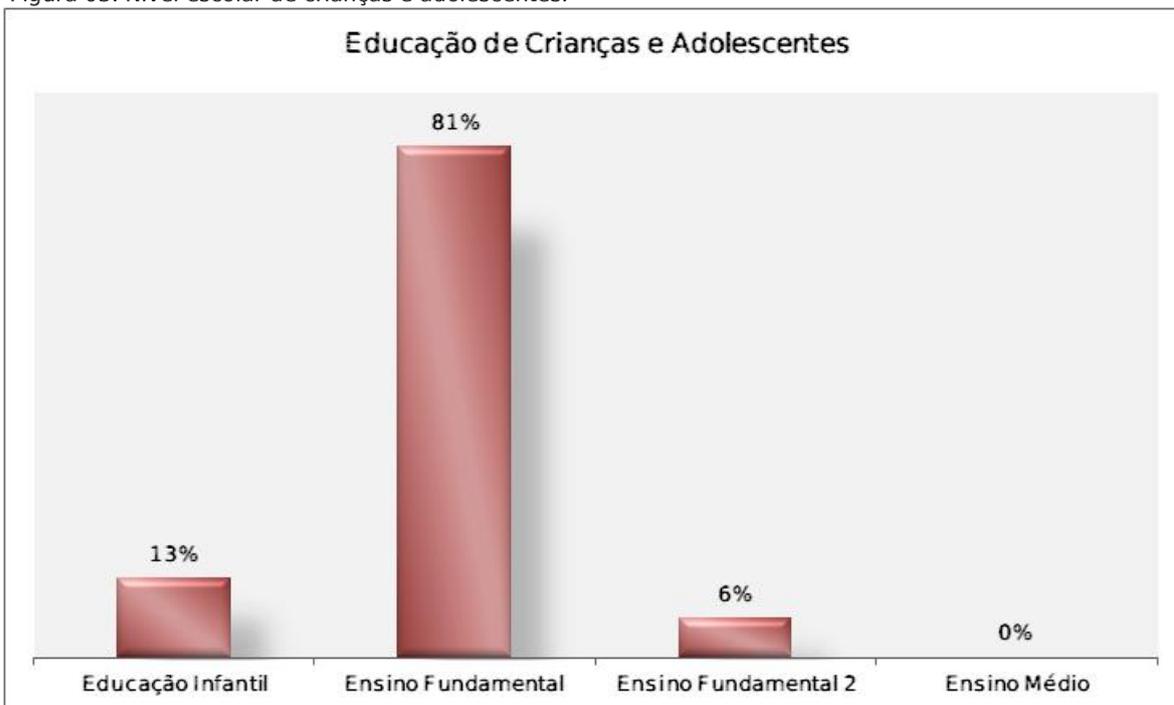


Educação

Em Araçá não há escola. As crianças e adolescentes da comunidade andam 2 (dois) quilômetros para estudar na escola localizada na comunidade vizinha de Ponta da Serra. Para prosseguir o ensino fundamental e médio, deslocam-se até a sede do município, a 14 (quatorze) quilômetros da comunidade. Atualmente 12 (doze) jovens encontram-se matriculados no ensino fundamental, e duas crianças no ensino infantil. O gráfico a seguir demonstra a escolaridade desta faixa etária:

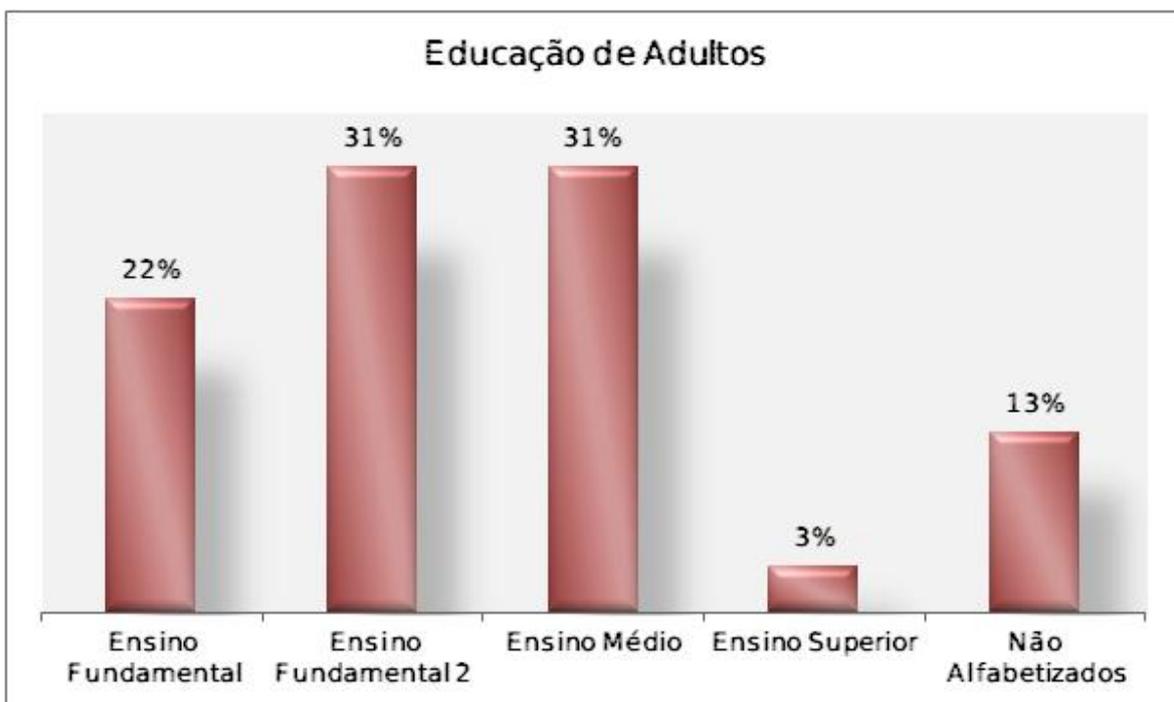


Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



Araçá ainda possui moradores não alfabetizados em idade adulta, cerca de 25% dessa faixa etária. Porém, segundo informações coletadas com os moradores a partir do questionário socioeconômico, a maior parte encontra-se matriculada em algum grau do ensino formal, como demonstra o gráfico a seguir:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.

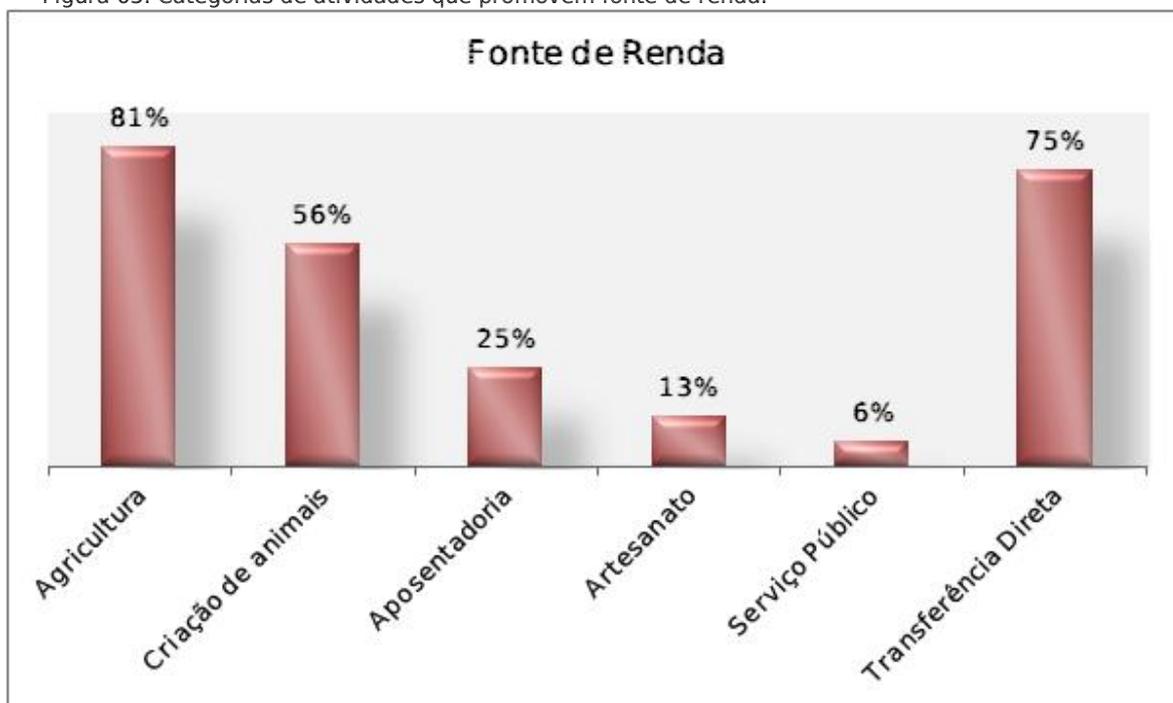


Fonte de Renda

A principal fonte de renda da comunidade origina-se da agricultura familiar, predominando as culturas do milho, do feijão e da mamona. Com a ampliação do acesso à água, alguns moradores iniciaram o plantio de hortas e frutíferas de forma mais diversificada que habitualmente cultivavam. Produzem prioritariamente para o consumo, com a agricultura associada à criação de animais, e comercializam o excedente da produção na sede municipal de Mirandiba.

O gráfico a seguir demonstra as principais fontes de renda em Araçá:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



Manifestações Culturais

A festa de São Gonçalo é uma das manifestações mais representativas em Araçá, ocorrendo regularmente todo mês de outubro. No entanto, é comum a realização desta dança ao longo do ano para efeito de cumprir promessas feitas ao santo e em pequenas celebrações da comunidade, quando se reúnem tocadores e cantadeiras para executar a dança em pagamento à promessa. Os puxadores da dança utilizam instrumentos como violão, rabeca, ou violino, uma caixa e latas de alumínio enquanto outro grupo canta as músicas típicas da dança.

Organização Comunitária e Movimentos Sociais

A comunidade relaciona a fundação da Associação como um momento crucial no fortalecimento de suas articulações sociais. Criada em junho de 2001, a Associação Comunitária João Balbino Diniz da Comunidade Araçá e Adjacências, reformulou seu



estatuto e passou a se chamar Associação dos Moradores Quilombolas do Sítio Araçá, no ano de 2005.

Além da Associação, o grupo tem reuniões regulares de cunho religioso, como o Terço dos Homens e Terço das Mulheres, e relacionam a esses encontros relevante momento de reflexão social.

A comunidade não conta com infraestruturas como sede para as reuniões da Associação, escola para atender as demandas de capacitações técnicas, biblioteca, dentre outras. Os encontros são realizados nas residências dos moradores. Embora tenham contato com as outras comunidades quilombolas de Mirandiba e região e uma associação atuante, a organização comunitária em Araçá necessita de mais articulação e informação, que chegam desencontradas para comunidade por parte dos diversos órgãos públicos que tem desenvolvido atividades na região.

Regularização Fundiária

A comunidade de Araçá foi certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 12 de julho de 2005, e a partir deste marco foi aberto o processo de regularização no órgão competente.

Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

As principais parcerias atuantes na comunidade, apontadas pelo grupo, foram a Associação CONVIVER no Sertão, organização não governamental que trabalha pelos direitos de comunidades quilombolas; a ActionAID; o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA; o Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP, com sede em Serra Talhada, e a Prefeitura Municipal de Mirandiba.

A partir da parceria com a Associação CONVIVER, a comunidade passou a se organizar para o cultivo de orgânicos e, a partir daí, começaram a participar do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Segundo os moradores, essa parceria contribui significativamente com a geração de renda local. A CONVIVER facilitou a parceria da Associação dos Moradores Quilombolas do Sítio Araçá com a ActionAID, intermediando a relação da comunidade com doadores anônimos da Grécia. Esta relação é pautada em vínculo solidário, e as crianças de Araçá escrevem cartas anônimas que são entregues pela ActionAID a “padrinhos” na Grécia, voluntários dispostos a contribuir financeiramente para qualidade de vida de comunidade tradicionais. A quantia doada é, então, repassada a Associação para realizar benfeitorias na comunidade, que deve fazer posterior prestação de contas. Como exemplo de aplicação destes recursos, foi perfurado um poço na comunidade melhorando significativamente o acesso a água.



Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

Araçá faz limite ao norte com o Riacho das Pedras, ao sul com a Serra do Santo Antônio/Tamboril, ao leste com Ponta da Serra e a oeste com Lagoa Nova.

O início da ocupação de Araçá se deu próximo de onde hoje se encontra um campo de futebol, e as casas estão dispostas numa conformação semelhante a um círculo, formando um terreiro ao centro. Nesta área social central é comum encontrar os comunitários conversando e realizando atividades sociais. As demais ocupações acontecem ao longo da estrada que corta a área habitada, estando às áreas cultivadas por trás destas.

As sementes destinadas ao plantio nas áreas de roça são adquiridas tanto no comércio agropecuário como nas roças da própria comunidade, ou ainda por meio de programas do Governo Federal. Nessas áreas não se utiliza nenhum tipo de insumo químico (defensivos ou adubos) e, com exceção da mamona, o cultivo de feijão, milho, fava, gergelim, abóbora e macaxeira são prioritariamente para consumo das famílias da comunidade.

Próximos aos poços e às residências se cultivam as hortas. Os quintais das casas são utilizados para o cultivo de frutíferas e criação de galinhas. São extensas as áreas de solo raso com afloramentos rochosos em Araçá, assim como em toda a região, e é comum o uso de defensivos agrícolas com herbicidas nas lavouras sazonais. Porém, Araçá já busca alternativas para disseminar o uso de defensivos naturais e intensificar práticas relacionadas à agricultura orgânica.

A cultura do algodão já teve grande representatividade na década de 1950, quando existia uma fábrica na região que comprava a produção. A comunidade cita a variedade do algodão preto como a mais utilizada na época. O ciclo do algodão decaiu quando o 'bicudo', espécie de inseto invasor, chegou às lavouras. Os comunitários relatam que nesta época plantavam pouca diversidade de gêneros para alimentação, dependendo da venda da produção da roça para a compra de alimentos. Com a melhoria da disponibilidade de água, contam que as roças e hortas têm garantido 90% de sua base alimentar.

O calendário agrícola de Araçá depende muito da incidência de chuvas na região, mais escassas nos últimos três anos. O inverno, como é denominado o período chuvoso, ou de trovoadas, geralmente ocorre entre dezembro e janeiro, podendo se estender até março. O inverno é considerado a época ideal para o plantio. Até junho é o período de colheitas, e de julho a dezembro cuidam do capim, das cercas, estacas, animais e outros serviços da roça.

O território de Araçá conta com extensas áreas de mata de Caatinga, necessárias tanto para pastagem das criações, como para a coleta do umbu, de plantas medicinais, do catolé e de tantos outros recursos necessários à comunidade. Os moradores citam a Serra do Santo Antônio como importante área de pastagem para a criação de caprinos.



A comunidade também pratica o extrativismo de forma sustentável e faz o beneficiamento do coco da palmeira de catolé. Dele extraem o óleo, útil na culinária e, do bagaço, produzem o doce. Neste processo ressalta-se a importância do bode, como dispersor das sementes do catolé em outras áreas de Caatinga.

No entanto, a comercialização desses produtos elaborados a partir do catolé ainda ocorre timidamente, sendo mais utilizados na culinária local e tendo alguma saída durante a feira agroecológica que ocorre na zona urbana de Mirandiba.

Araçá reivindica que a posse de terra da comunidade seja estendida para que atenda também às necessidades de produção local. E, embora cada família possua sua roça e horta individuais, a terra é comum a todas as famílias, com cada uma escolhendo dentro do território onde irá trabalhar livremente. A seguir, fotos que representam os moradores de Araçá:



Foto 05. Moradores encenando a dança de São Gonçalo.



Foto 06. D. Zélia, moradora e doceira da comunidade expondo seus produtos.

Expectativas da Comunidade

Muitos sonhos são compartilhados pelos moradores de Araçá, e quando discutem sobre o futuro, são frequentes os relatos sobre o acesso à educação de qualidade e qualificação profissional, a melhoria das condições de trabalho na agricultura, melhoria do acesso à água potável, a regularização fundiária e a realização de ações em prol do desenvolvimento comunitário de forma geral.

Com relação à infraestrutura, a comunidade sonha com uma sede para a associação local, espaço onde possa desenvolver suas atividades como reuniões e cursos, além de uma escola, um espaço para biblioteca e movimentos culturais.

Arranjos Produtivos

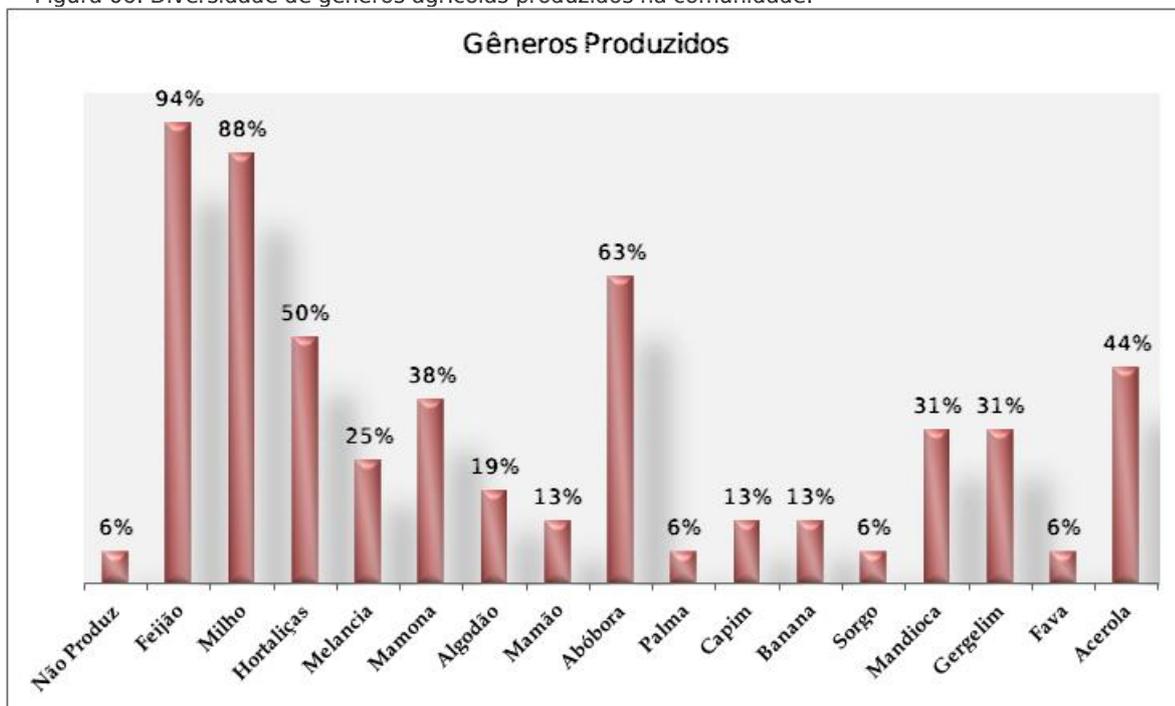
As atividades agrícolas em Araçá foram intensificadas devido a um acesso mais amplo à disponibilidade de água, com predomínio ao plantio de hortas e frutíferas como caju, acerola, banana, mamão, goiaba e tangerina. Produzem prioritariamente para o consumo,



sendo a agricultura, associada à criação de animais, as principais atividades. A agricultura é diversificada e com tendência à agroecologia, com baixa utilização de insumos ou defensivos químicos.

A seguir, o gráfico representa a produção agrícola na comunidade:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade.



Vendem o excedente da produção ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA a partir de parceria com a Associação CONVIVER, sediada no município de Mirandiba. A mamona é o único gênero de exclusiva comercialização e, nesse caso, o escoamento da produção se dá por intermédio de atravessadores que revendem a matéria prima para beneficiamento em biodiesel por terceiros.

O Centro de Educação Comunitária Rural - CECOR é uma organização não governamental, sediada no município vizinho de Serra Talhada que atuou junto à comunidade incentivando a produção orgânica e a comercialização da agricultura familiar.

A horta, situada no terreno do Sr. Aderval Batista, foi possibilitada pelo poço perfurado por meio do 'Vínculo Solidário', parceria da comunidade com a ActionAID, e tem forte representatividade na diversificação da atividade agrícola.

Melhorias no acesso à água, embora ainda não atendam totalmente a demanda da comunidade, têm fomentado a diversificação de gêneros agrícolas. E, crescendo-se a isso, o acesso às informações sobre produtividade também têm proporcionado melhoria significativa na segurança alimentar da comunidade que, enfrenta um longo período de estiagem.



Existem na comunidade iniciativas de produção de artesanato com jornais, fios de algodão e marcenaria. A produção de fios de algodão é arte desenvolvida pela moradora Maria Joana, que aproveita o trabalho para contar às crianças da comunidade como as roupas eram confeccionadas antigamente, buscando valorizar este ofício.

A comunidade também desenvolve a criação de animais como bode, porco, gado e galinhas, que lhes servem tanto para consumo, como para venda e complementação de renda.

A seguir, o gráfico representa os tipos de criação existentes na comunidade:

Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

Foram citados poços, cisternas e barreiros como fontes de captação de água, e além deles, o abastecimento por meio de carros pipa. O acesso à água na comunidade de Araçá tem melhorado desde o ano de 2007, quando a comunidade foi beneficiada pelo Programa Um Milhão de Cisternas do Governo Federal. Na oportunidade foram construídas cisternas nas casas que servem tanto para armazenar água de chuva, como a água dos carros pipa. Das 16 (dezesesseis) famílias da comunidade, uma ainda carece desse benefício.

A perfuração de dois poços no ano de 2010 melhorou o acesso a água, sendo um deles por meio de parceria que a associação local mantém com a ActionAID. Os moradores



acreditam que a qualidade de vida melhorou com a ampliação de opções para obtenção de água, podendo utilizar o tempo que levavam no transporte deste recurso para outras tarefas produtivas. Relatam que até o ano de 2010 tinham de buscar água em Riacho das Pedras, empregando longas caminhadas.

No entanto, a diversificação da captação ainda não garante o acesso regular de água ao longo do ano. Tanto a água dos dois poços como a água reservada em barreiros não são adequadas para o consumo humano.

Assim, a comunidade só conta com a água da chuva armazenada nas cisternas com a qualidade ideal para o consumo humano. Em períodos longos de estiagem, próprios desta região semiárida, o acesso à água ainda é a maior preocupação dos moradores. A prefeitura de Mirandiba estabelece convênios com o Exército para executar a captação e transporte de água para abastecer as cisternas neste período.

A água disponibilizada em carros pipa não passa por nenhum processo de tratamento. O único método utilizado pelo município no atendimento a esta comunidade é o fornecimento de cloro, por meio dos agentes comunitários de saúde.

- Efluentes Domésticos

Foram instalados *kits* sanitários pela FUNASA na comunidade, o que não tem representado uma solução para a questão, já que Araçá está situada na região semiárida, onde não há disponibilidade de recurso hídrico para os banheiros. Desse modo, a comunidade continua tendo acesso limitado à utilização dessas benfeitorias.

Não há saneamento básico na comunidade, assim, os efluentes domésticos são destinados às fossas negras. Como a maioria dos banheiros não é utilizada, a comunidade despeja seus efluentes domésticos nos terreiros e quintais.

- Coleta e Destinação do Lixo

Na comunidade de Araçá, assim como nas demais comunidades quilombolas de Mirandiba, não há coleta de resíduos por parte do município. Preocupados com a mortandade de animais pela ingestão de plásticos e com a contaminação dos barreiros onde armazenam água, os próprios moradores têm se mobilizado em mutirões para coleta nos espaços comuns do terreiro e em volta das casas. Os resíduos são queimados ou enterrados, constituindo práticas frequentes na localidade, sem distinção de materiais, exceto os resíduos orgânicos que são reaproveitados para alimentação animal.

Energia Elétrica

Na comunidade de Araçá todos os domicílios possuem acesso à energia elétrica.



Saúde

O atendimento médico oferecido pelo Programa de Saúde da Família (PSF) é realizado no posto de saúde localizado na sede do município de Mirandiba, distante 15 (quinze) quilômetros de Araçá. Além do PSF Vila COHAB e da Unidade Mista Ana Alves, a comunidade conta com atendimento prioritário no PSF Quilombola Juazeiro Grande. Os comunitários relatam que a distância do PSF e o difícil acesso (estrada não pavimentada que liga Araçá à PE-425), assim como a falta de um meio de comunicação, prejudicam o atendimento médico.

A comunidade ressalta a importância das benzedadeiras e parteiras tradicionais na assistência à saúde da população, bem como o uso das plantas medicinais e remédios caseiros. Segundo os moradores, quando há problemas de saúde, a comunidade recorre primeiramente ao conhecimento tradicional local para depois buscar atendimento médico em postos de saúde locais

Recebem visitas mensais do agente de saúde, e atribuem como um aspecto positivo na saúde da comunidade a qualidade dos alimentos orgânicos que produzem e consomem, e apontam implicações na assistência de casos de emergência devido à precariedade dos meios de comunicação.

Educação

Os comunitários relacionam a falta de infraestrutura adequada na escola em Ponta da Serra, e a distância que esta se encontra da comunidade como aspectos que dificultam o acesso ao ensino. Além disso, apontam riscos no acesso dos estudantes até a escola em Mirandiba e associam tanto à má qualidade da estrada, quanto à insegurança do transporte escolar.

Há por parte da comunidade ações de estímulo a leitura, fomentado com a implantação do Programa Arca das Letras, Programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2003, constituído de um acervo de 200 (duzentos) livros dispostos de modo semelhante a uma biblioteca doméstica e comunitária. Os moradores, no entanto, ressaltam a importância de que o acervo de livros seja disponibilizado numa biblioteca comunitária de fato, e não em domicílios, como atualmente.

Comunicação

A comunidade possui acesso precário aos meios de comunicação. Não tem acesso à internet, a jornais e revistas, sendo os principais meios utilizados a televisão e o rádio.

Não há telefone público, e a única forma de entrar em contato com os moradores é utilizando aparelho móvel, que por não possuir sinal de cobertura estável limita a comunicação. A comunidade indica que o método mais eficaz para se mandar recados até hoje é por meio de bilhetes ou recados.



Consideram o Conselho Municipal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandiba e a Associação Quilombola de Araçá importantes espaços de interlocução da comunidade.

A falta de um sistema de comunicação mais abrangente e rápido surge como fator negativo relacionado aos movimentos sociais, na necessidade de trocar informações com outras comunidades de maneira mais frequente.

Como já citado anteriormente, a comunidade situa-se afastada da sede municipal e atribuiu às más condições da estrada de acesso e à carência em meios de comunicação impactos negativos sobre a própria comunicação, a articulação local com outras comunidades quilombolas, seus arranjos produtivos, ao escoamento da produção da comunidade e sobre a saúde local.

6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo

Recursos Naturais

O principal recurso natural local utilizado pela comunidade é o coco da palmeira catolé. Dele extraem o óleo, útil na culinária, e, do bagaço, produzem o doce. Neste processo ressalta-se a importância do bode na dispersão das sementes. No entanto, a comercialização desses produtos oriundos do catolé ainda ocorre timidamente, sendo mais utilizado na culinária local e tendo alguma saída durante a feira agroecológica. Também realizam a coleta sustentável do umbu e de plantas medicinais para a elaboração de medicamentos caseiros.

6.4.4. Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

A comunidade cita cursos de capacitação técnica a partir de parcerias com o Ministério da Integração Nacional, Prefeitura Municipal de Mirandiba, Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, Associação CONVIVER, ActionAID, Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC e Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP.

Dos cursos de formação, percebe-se que os relacionados à agroecologia e agricultura orgânica são os de melhor aproveitamento, e neste sentido a Associação CONVIVER atua continuamente com Araçá e com outras comunidades quilombolas da região.

Segundo as lideranças locais, o maior entrave referente à assistência técnica é a falta de acompanhamento dos projetos propostos ou implementados.

6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade quilombola de Araçá é constituída aproximadamente por 16 (dezesesseis) famílias, e como a comunidade possui um número elevado de crianças e jovens, há um leve predomínio para a faixa etária de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos. A população total é de aproximadamente 78 (setenta e oito) moradores.



Araçá não possui escola municipal, e seus estudantes deslocam-se à comunidade vizinha de Ponta da Serra e à sede municipal.

A agricultura ainda contribui para a renda da maioria das famílias, é diversificada na fruticultura e com forte tendência a métodos da agroecologia, dependendo de assistência técnica especializada assim como na agricultura tradicional. A mamona é cultivada apenas para fins comerciais e o extrativismo sustentável do catolé já representa uma característica peculiar a esta comunidade na região.

A Festa de São Gonçalo é a manifestação cultural mais simbólica em Araçá, realizada no mês de outubro. Em outras celebrações a dança para São Gonçalo também é reproduzida na comunidade. O 'toré' também é considerado como forte elemento cultural e religioso, herdado de antepassados comuns a comunidades quilombolas na região. As novenas e missas também ocorrem em diferentes épocas do ano.

A organização social centraliza-se a partir da Associação dos Moradores Quilombolas do Sítio Araçá, com parcerias com a Prefeitura Municipal de Mirandiba, o Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA, a Associação CONVIVER e o Instituto Tecnológico de Pernambuco de Serra Talhada.

A comunidade de Araçá foi certificada como comunidade quilombola em 2005, iniciando o processo de regularização do território que ocupam. Atualmente, aguardam os trâmites legais nos órgãos competentes.

Os poços, cisternas e barreiros são as principais fontes de abastecimento de água da comunidade, assim como carros pipa fornecidos pela Prefeitura Municipal de Mirandiba.

Não há rede de efluentes domésticos ou coleta de resíduos na comunidade. Os resíduos são queimados ou enterrados e há uma grande quantidade de resíduos espalhados nos terrenos, fato que preocupa os moradores, pois podem ser ingeridos por animais que são criados soltos.

A comunidade é atendida em postos de saúde da sede municipal, principalmente no PSF específico para as comunidades quilombolas, o PSF Juazeiro Grande. Ocorrem visitas mensais de um agente comunitário de saúde, mas os moradores solicitam maior frequência. O difícil acesso à comunidade é citado como fator limitante à manutenção da saúde local.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Araçá situa-se afastada da sede municipal de Mirandiba e o difícil acesso é considerado fator preponderante ao desenvolvimento comunitário. Os moradores alegam que as condições precárias da estrada de acesso comprometem a articulação, a educação, a saúde e a comunicação locais, entre outros aspectos.

Araçá valoriza seus conhecimentos e práticas tradicionais nos aspectos sociais, econômicos, religiosos e produtivos, constituindo-se como valores fundamentais para este grupo. Destacam-se também as alternativas para sobreviver às situações de escassez de água, e à mobilidade, devido à longa distância de outros núcleos habitacionais.

Outra característica singular aos quilombolas de Araçá é que, desde o início, o território se constituiu a partir do uso da terra não apenas para fixação de moradia e prática da agricultura de subsistência, mas como uma extensão geográfica de utilização coletiva. Como possui um número reduzido de famílias, essa característica de coletividade perdura até os dias atuais.

A agricultura orgânica e o extrativismo sustentável representam uma nova perspectiva nos arranjos produtivos de Araçá, contribuindo como alternativas de geração de renda e novas técnicas para convivência com os períodos prolongados de estiagem. A população local acredita que essas novas técnicas podem ser mais disseminadas em outras comunidades quilombolas como forma de fortalecer a agricultura familiar do município, mas ressaltam que o governo municipal deve fornecer subsídios e assistência para o desenvolvimento desta modalidade agrícola.

Apesar de a comunidade conhecer sua origem quilombola e assim se autoidentificar, este processo de reconhecimento é recente, com o processo em andamento no órgão competente. Os moradores ainda possuem muitas dúvidas relativas aos direitos e deveres de seu grupo social, bem como o interesse em entender melhor o processo de regularização fundiária de comunidades tradicionais como os quilombolas.



8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.



MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). **Brasil Afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>. Acesso em: 19/01/2012;

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes> (2008). Acesso em 30/12/2011.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidaio-indigena-x-escravidaio-africana.htm>>. Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

Escravidão e Resistência em Pernambuco. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidaio.html>. Acesso em: 26/03/2012.



9. ANEXOS

Anexo I. Quadro Descritivo do Painel.

Anexo II. Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Quadro Descritivo do Painei.
QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Poço, água para os animais; cisterna, água para consumo humano; açude, água para banho, lavar roupas, irrigar hortaliças; cacimba, água para cozinha; carro pipa.</i>	<i>Carro pipa; algumas casas já possuem cisterna para captar água da chuva; água do poço, salgada, para os animais; açude e cacimba são muito úteis na época do inverno.</i>	<i>Quando o contrato com o exército para o abastecimento de água na época de estiagem acaba; algumas casas não têm cisternas; a estrada é ruim para a passagem do carro pipa; não possuir água para irrigação, para isso carregamos água com os animais, em carroças, carros de boi e jumentos; lavar roupas com água salgada estraga o tecido; dificuldade na manutenção do poço, porque não temos bomba e não está sendo feita a limpeza.</i>
No item “ facilita ” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria, tais como a existência de uma barragem e abastecimento de água para facilitar o plantio.		
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Muito lixo espalhado; soterramento; lixo jogado dentro dos barreiros; lixo a céu aberto; falta de consciência; folhas secas e esterco de animais.</i>	<i>Queima do lixo; carroça de mão; enterrar o lixo.</i>	<i>Não haver coleta de lixo; lixão; não ter carro de lixo; queima; animais morrendo empanzinados por comerem lixo plástico.</i>
No item “ facilita ” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria como a coleta de lixo; mutirões da comunidade para limpeza; reciclagem; fazer adubo orgânico para as hortas.		
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Agente de saúde; benzedeiras; parteiras; alimentação orgânica; plantas medicinais (alecrim – para banho, arruda – para dor de ouvido, dipirona – para todos os tipos de dores, etc.); PSF em Mirandiba; diversos tipos de doenças.</i>	<i>Agente de saúde que vai de porta em porta uma vez por mês; benzedeiras, pra que a comunidade não precise tanto ir à cidade se tratar, essa é uma tradição de rezas que passa de geração para geração; soro caseiro; chá; lambedor.</i>	<i>A falta de oportunidade para trabalhar num hospital; falta médico, dentista, fisioterapeuta, ambulância, medicamento, palestras, transporte, orelhão, pediatra; nem todos sabem usar as plantas medicinais; não ter um PSF na comunidade; não ter incentivo para cursos na área de saúde; às vezes o agente de saúde não vai a todas as casas.</i>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Caatinga; animais silvestres; água; plantas frutíferas; hortaliças; animais domésticos; solo pedregoso e seco; queimadas e desmatamento; ar; milho, feijão, batata, mamona, fava e algodão.</i>	<i>Broca; plantio; renda familiar; alimentação; a venda dos produtos produzidos, especialmente milho, batata, feijão, bode, porco, peru, galinha, boi e leite.</i>	<i>Poluição (queimadas e lixo); perda de animais de criação através dos animais silvestres; doenças dos animais; dificuldade de acesso a veterinário; de agosto a novembro a terra fica muito seca devido à estiagem; caça dos animais silvestres, tatu, peba e veado)</i>
Nossa educação e cultura		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Professores e carros para o transporte daqueles que estudam na sede de Mirandiba; Dança de São Gonçalo; artesanato; vaquejada; professora de dança; Arca das Letras; futebol; serraria; pedreiros; moinho de catolé; Terço dos homens; Terço das mulheres; catecismo para crianças.</i>	<i>Feira Agroecológica; professores; organização; pesquisas para as crianças; o pedreiro para construção; óleo do catolé; do bagoço do catolé fazemos a cocada e o doce (Zélia e família); capacitações.</i>	<i>Não ter escola na comunidade; a estrada é muito ruim; distância da comunidade para a escola, na sede de Mirandiba; não há capacitação para professores; não ter uma sede; não ter espaço para ensaio de dança; ter poucos livros para a Arca das Letras e um espaço adequado para leitura e pesquisa; não ter bola nem um campo de futebol; não ter ônibus para transportar alunos com segurança.</i>



NOSSA COMUNICAÇÃO

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Diálogo; telefone celular; televisão, rádio, bilhete, recados por vizinhos; avisos na igreja, pela escola e na associação.</i>	<i>Tem uma torre; antenas parabólicas; energia elétrica; Conselho Municipal; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Associação Quilombola Araçá; Capacitações.</i>	<i>Não ter correio; não ter acesso a jornais, revistas e internet; não ter telefone público; não ter transporte para ir até outras comunidades quilombolas; má condição das estradas; quando as passagens estão molhadas por causa dos riachos.</i>

No item “**facilita**” o grupo fez reflexões do que, embora ainda não seja uma prática consolidada na comunidade, percebem que facilitaria nas resoluções ligadas ao eixo: organização comunitária para participar e acessar políticas públicas.

NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação Quilombola de Araçá; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; IPA; PA, Associação CONVIVER no Sertão; Prefeitura; Vínculo Solidário; Banco do Nordeste; Conselho do Desenvolvimento Municipal.</i>	<i>PAA, Associação CONVIVER no Sertão – recebe os nossos produtos agrícolas para vender; o Conselho do Desenvolvimento Municipal faz repasse de informações do poder público; a Associação Quilombola representa nossos interesses, trazendo melhorias para a comunidade; a prefeitura auxilia com transporte e merenda escolar; o Vínculo Solidário representa possibilidade de projetos para a comunidade; Banco do NE faz empréstimos para criação e negociação de animais.</i>	<i>Falta de transporte para levar produção agrícola da comunidade para a feira; pouca terra para plantio na comunidade; falta de água de qualidade; falta de compreensão no Conselho de Desenvolvimento Municipal; o valor das contribuições ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a ausência de estrutura física para uma sede e uma escola; melhor assistência do IPA à comunidade; falta de equipamentos; Banco do NE só atua através de grupos na comunidade.</i>

NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Existe	Facilita	Dificulta
<i>As roças são individuais; a produção é vendida na feira agroecológica e no PAA intermediado pela Associação CONVIVER no sertão; produzimos milho, catolé, abóbora, macaxeira, umbu, batata, fava, mamona, feijão, verduras e frutas, ovos, banana, mamão, romã, caju, pinha, graviola, acerola, manga e animais que são criados soltos. Há beneficiamento de alguns deles: fubá, mungunzá, bolo, cocada, doce de gergelim e de leite, anel de catolé, purê, farinha, goma, polpa, geleia e suco.</i>	<i>Conhecimento das coisas que a gente faz; os bois para tombar a terra; limpadeira com burro, jumento e boi.</i>	<i>Não ter cursos para aproveitar melhor o potencial dos produtos; infraestrutura: estradas e espaço para produção; falta terra; carroça quebrada; o arado quando quebra; transporte para levar a produção para a cidade.</i>



ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

